

EUGENIA E LIBERALISMO

[EUGENIA AND LIBERALISM]

Jorge Alberto Ramos Sarmiento *
Universidade Federal do Pará, Brasil

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo desenvolver, de forma muito breve, algumas reflexões acerca da eugenia, enquanto um método de seletividade social e sua relação com o liberalismo nas atuais sociedades. Para tanto, num primeiro momento apresentamos a presença da eugenia desde a Antiguidade, sua íntima relação com a genética, assim como o processo de instrumentalização da ciência, exteriorizada na crítica de alguns epistemólogos. No segundo momento procuramos apresentar as discussões a respeito dos problemas éticos decorrentes das pesquisas direcionadas à biogenética sob a perspectiva do filósofo alemão Jürgen Habermas, para quem tais pesquisas podem, num futuro muito próximo, passar a ser reguladas por uma lógica de mercado, trazendo com isso profundas consequências para a autocompreensão normativa do indivíduo, cujo projeto de vida passa a ser orientado por preferências de cunho subjetivo de terceiros.

PALAVRAS-CHAVES: Eugenia; Biogenética; Habermas; Liberalismo

ABSTRACT: The present work aims to develop, very briefly, some reflections on eugenics, as a method of social selectivity, and its relationship with liberalism in current societies. To this end, at first I presented the presence of eugenics since Antiquity, its intimate relationship with genetics, as well as the process of instrumentalization of science, externalized in the criticism of some epistemologists. In the second moment we seek to present the investigation regarding the ethical problems arising from research directed to biogenetics from the perspective of the German philosopher Jürgen Habermas, for whom such research may, in the very near future, begin to be regulated by a market logic, bringing with it This has profound consequences for the normative self-understanding of the individual, whose life project becomes guided by the subjective preferences of third parties.

KEYWORDS: Eugenics; Biogenetics; Habermas; Liberalism

INTRODUÇÃO

Em um século marcado pelo progresso científico, em particular da genética, cuja importância se torna fundamental para a compreensão da diversidade humana, assim como de uma consciência social mais justa e igualitária, temos assistido nos últimos anos o afloramento de questões que evidenciam dificuldades no que se refere à área de pesquisa e aplicação da genética, suscitando discussões em torno da

* Professor Associado da Faculdade de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFPA). Vice-diretor da Faculdade de Filosofia (UFPA) e Coordenador do Programa de Formação de Professores - PARFOR, do Curso de Filosofia da UFPA, atuando como conselheiro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA, estando vinculado também no Programa de Pós-Graduação em Filosofia - PPGFIL, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA. E-mail: jars@ufpa.br

eugenia e sua vinculação com o liberalismo.

Desde que Gregor Mendel tornou compreensível o processo de transmissão das características entre os seres vivos aos seus descendentes, a genética, como um conhecimento científico que integra a biologia, tem permitido o desenvolvimento da biotecnologia, da clonagem, dos alimentos transgênicos, entre outros, possibilitando também à medicina uma aplicação em grande escala no diagnóstico e tratamento das doenças hereditárias, fato que tem proporcionado uma melhor qualidade de vida a muitas pessoas. No entanto, os questionamentos e reflexões de caráter ético e jurídico sobre as pesquisas atuais sobre a eugenia levantam aquela velha questão a respeito da equivalência entre o progresso científico e o progresso moral humano, questão essa que deve nortear o próprio futuro da nossa existência.

A EUGENIA NA HISTÓRIA

O conceito de eugenia está associado a uma teoria cujo principal objetivo é produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseada, principalmente, em leis genéticas. Nesse ponto de vista, é importante ressaltar que principalmente na Antiguidade muitas sociedades desenvolveram práticas de eugenia, cujo exemplo mais claro vamos encontrar na cidade-Estado de Esparta, na Grécia Antiga, onde a eugenia era praticada objetivando selecionar os melhores e mais capazes em uma sociedade guerreira. A eugenia espartana era direcionada principalmente às crianças recém-nascidas, as quais eram examinadas por um conselho de anciãos, os quais ao constatarem qualquer tipo de imperfeição, lançavam essas crianças num precipício, em função das mesmas não serem aptas para a vida militar e guerreira imposta pela cultura espartana.

Na obra *A República*, o filósofo grego Platão descreve as bases constitutivas de um Estado ideal, fundado na harmonia das classes sociais. A forma de governo desse Estado seria a sofocracia (governo dos mais sábios) e a forma de seleção e formação dos reis filósofos não passava de um tipo de seleção dos melhores e dos mais aptos, para que pudessem assumir as funções de comando da sociedade ideal. Nesse sentido, se destacam as ideias de caráter eugenista preconizadas por Platão:

Dessa maneira, depois de uma legislação nos moldes descritos, estabelecerás na cidade uma Medicina como a que definimos, para que ambas cuidem do corpo e da alma dos cidadãos bem constituídos; dos outros, não: deixarão perecer os que apresentarem defeito físico e determinarão a morte dos que se revelarem com alma viciosa e irremediável. (PLATÃO, 2000, p. 171).

Aristóteles, discípulo de Platão, na obra *Política*, onde trata dos princípios que norteiam um Estado real (diferente do modelo platônico), estabelece várias ideias de caráter eugênicas, no sentido de garantir a unidade estatal. Destaca-se, nesse sentido o aborto eugênico, também praticado em Esparta.

Com respeito a conhecer quais os filhos que devem ser abandonados ou educados, precisa existir uma lei que proíba nutrir toda criança deforme. Sobre o número de filhos (pois o número de nascimentos deve ser sempre limitado), se os costumes não consentem que sejam abandonados, e se certos matrimônios são de tal modo fecundos que vão além do limite fixado de nascimentos, é necessário provocar o aborto antes que o feto adquira animação e vida. Efetivamente, apenas pela animação e vida será possível estabelecer se há ou não crime. (ARISTÓTELES, 2002, P. 150).

Além de Platão e Aristóteles, o pensamento eugenista aparece nos escritos de muitos filósofos e teóricos ao longo do contexto histórico que vai desde a Antiguidade até os dias atuais.

Em 1883 o britânico Francis Galton desenvolveu estudos importantes sobre a eugenia, formulando uma teoria que reflete as preocupações de seu período, marcado pelas desigualdades sociais assim como pelo crescimento desordenado das grandes metrópoles, que trouxe consigo o aumento da prostituição, das doenças, da criminalidade e, principalmente, do crescimento populacional da classe pobre, a qual Galton considerava a “classe inferior”. Esse caráter de inferioridade se baseava na falta de talento e na capacidade de tal raça disseminar doenças degenerativas, diferentemente da classe burguesa considerada talentosa, saudável, apresentando um nível de crescimento estável e assimétrico em relação às classes “inferiores”, sendo a responsável pelo grande progresso e desenvolvimento econômico ocorrido na Europa a partir da segunda metade do século XVIII na chamada Revolução Industrial, a qual se disseminou pelo resto do mundo produzindo grandes transformações sociais, econômicas e políticas. A teoria de Galton reflete, de modo bastante claro, a necessidade do novo modelo econômico liberal em plena expansão criar mecanismos através do conhecimento científico no sentido de como na Antiguidade, selecionar os melhores, os mais capazes e portadores das melhores características para o enfrentamento das dificuldades da época.

Com o propósito de aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano, Francis Galton (1822-1911), primo de Darwin, em 1883, reunindo duas expressões gregas, cunhou o termo “eugenia” ou “bem-nascido”. A partir desse momento, eugenia passou a indicar as pretensões galtonianas de desenvolver uma ciência genuína sobre a hereditariedade humana que pudesse, através de instrumentação matemática e biológica, identificar os melhores membros – como se fazia com cavalos, porcos, cães ou qualquer animal –, portadores das melhores características, e estimular a sua reprodução, bem como encontrar os que representavam características degenerativas e, da mesma forma, evitar que se reproduzissem. (DEL CONT, 2008, p. 202).

A expansão demográfica das classes menos dotadas, na percepção de Galton representa uma séria ameaça que poderia resultar numa decadência social, havendo a necessidade da intervenção do Estado para evitar tal catástrofe.

No Congresso Demográfico de 1894, Francis Galton chamou a atenção para o que ele considerava a decadência racial inglesa, o que revelava, em sua opinião, que em pouco tempo as classes menos dotadas suplantariam, em fertilidade (isto é, produziriam mais indivíduos), as classes mais bem dotadas. Fato este que pedia não somente dos intelectuais, mas principalmente do Estado, uma série de medidas eugênicas de melhoramento da população através do estímulo aos casamentos dos melhores membros da sociedade e da restrição dos casamentos entre indivíduos menos dotados. (Idem, 2008, p. 205).

No ano de 1879, Galton desenvolveu sua teoria da hereditariedade, a qual procurava mostrar que existem características que são transmitidas por cada ancestral. Essa concepção foi denominada de “Lei da Hereditariedade Ancestral”, sendo originária dos dados investigados em sua obra *Hereditary Genius*. Coube a Karl Pearson estabelecer uma série de abordagens matemáticas à teoria de Galton, fazendo com que ela se tornasse concorrente do modelo de herança desenvolvido por Mendel, a partir do século XX, a qual, segundo Del Cont (2008, p. 215) “é uma teoria matemática da herança defendida por um grupo de evolucionistas que trabalhavam com as

regularidades estatísticas dentro das populações”.

O processo de intenso crescimento industrial, aliado a um expressivo aumento populacional, que trouxe consigo uma série de problemas se tornou o “lôcus” privilegiado para a propagação dos princípios defendidos por movimentos sociais eugênicos, destacando-se nesse contexto a Inglaterra.

Após a redescoberta dos trabalhos de Mendel, em 1900, houve um grande avanço da genética que ampliou seu poder explicativo e heurístico. Isso fez surgir um sentimento de fé na nova ciência da hereditariedade. Como os movimentos eugênicos incorporaram o modelo mendeliano de herança como sendo a “sua” ciência, isso determinou, também, que os movimentos eugênicos se propagassem em associação com o desenvolvimento da genética pelos países da Europa. Nesse cenário de condições sociais, políticas e culturais, os movimentos eugênicos nasceram e se desenvolveram com seu discurso de melhoramento e salvação da raça humana. (TEIXEIRA, 2017, p. 67-68. – grifos do autor).

Nesse quadro de fatos acima, observa-se o surgimento de várias instituições na Europa a partir do ano de 1905, com o objetivo de evitar a inaptidão biológica na sociedade, assim como direcionar esforços para um controle seletivo de casamentos e reprodução, destacando-se a “Sociedade Alemã para Higiene Racial”, considerada a primeira com tal propósito, sendo sucedida por outras organizações que foram criadas em países como a Inglaterra e a França.

Os ideários e práticas eugênicas passaram a ter um grande incremento na segunda década do século XX, momento no qual se observa um processo mais intensivo e sistemático das práticas relacionadas por exemplo com esterilização e segregação de indivíduos considerados nocivos para a sociedade, observando-se, a partir de então, uma atuação direta do organismo estatal no uso do poder coativo para cumprimento de normas direcionadas a práticas eugênicas.

Foi, no entanto, na Alemanha que surgiram os estudos considerados pioneiros a respeito da genética humana e de populações, somando a isso o fato de ter sido naquele país onde a coleta de dados e estudos estatísticos se desenvolveram de forma mais abrangente do que nas demais nações, destacando-se, nesse sentido os trabalhos desenvolvidos por Wilhelm Winberg¹.

Paralelamente ao grande desenvolvimento da genética, a Alemanha enfrenta, na primeira metade do século XX uma grave crise, oriunda principalmente do final da Primeira Guerra, com a assinatura do Tratado de Versalhes, passando a conviver com uma economia falida e uma completa desestruturação social, gestando um quadro histórico muito propício ao crescimento e disseminação de movimentos eugênicos de caráter estatal. Dessa forma, a Alemanha vê o desenvolvimento de um cenário que “reforçava o valor da identidade biológica e propagava os ideais de uma raça pura” (Teixeira, 2017, p. 69), o que irá se concretizar com a ascensão de Adolfo Hitler ao poder, a partir de 1933, quando ele passa a exercer o cargo de chanceler. Para ele, havia um entrelaçamento entre raça e nação, sendo que esta última somente poderia prosperar através do predomínio do mais forte, no caso, dos “arianos puros”², havendo a necessidade de se proceder uma “higienização racial”. A esse respeito Hitler afirma que “o papel do mais forte é o de dominar e não de fundir-se com o mais fraco, sacrificando assim a sua própria grandeza. Só o fraco de nascimento pode achar esta lei cruel” (Hitler, 1983, p. 185-186). No sentido de garantir a hegemonia da raça ariana, o partido nazista desenvolveu uma série de práticas eugênicas em relação aos “indesejáveis”³ que incluíam desde normas de esterilização até práticas de extermínio, as quais se tornaram comuns nos campos de concentração e consideradas como eficientes do ponto de vista econômico.⁴ Em função desses fatos, que irão culminar no grande holocausto

promovido pelo nazismo, o termo eugenia passa a adquirir uma conotação de estigma, sendo que após o fim da II Guerra Mundial, “a eugenia foi desacreditada, tanto do ponto de vista científico quanto social, caindo o termo ‘eugenia’ em desuso” (Teixeira, 2017, p. 76).

AS CRÍTICAS AO FRACASSO DA RAZÃO

Como pode ser observado, a eugenia se tornou um elemento imprescindível no projeto traçado pelos nazistas, visando preservar a pureza da raça alemã, projeto esse que foi levado até as últimas consequências através da eliminação ou extermínio dos grupos considerados “indesejáveis”, destacando-se nesse contexto a problemática do emprego da ciência em prol de interesses político-ideológicos opressivos e intolerantes. A esse respeito, o final do século XX e início do século XXI apresentaram um vertiginoso desenvolvimento do conhecimento científico em todos os campos, em que pese o fato de que tal progresso pouco contribuiu para o aprimoramento da dignidade humana se levarmos em conta grande número de guerras, genocídios, revoluções e a demasiada exploração do homem sobre o homem, ocorrida nesse período. À guisa de esclarecimento, essa problemática que envolve o uso instrumental da ciência se tornou um objeto constante de reflexões por parte de cientistas e filósofos na contemporaneidade. Na obra *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer procedem uma análise a respeito da “autodestruição da Razão”, atentando para o fato de que o fascismo e o nazismo que prosperaram na Alemanha, representam o *logos* dominador em sua versão mais recente. Diferentemente do que se pensava, a Razão, tão exaltada pelo Projeto Iluminista como capaz de proporcionar condições mais humanas para a humanidade, somente trouxe como consequência uma nova forma de barbárie. De acordo com esses autores, o esclarecimento, que tinha como meta o desencantamento do mundo, falhou em seu propósito ao permitir que sob sua égide predominasse a calamidade.

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 20).

Paul Feyerabend, filósofo da ciência austríaco, se destaca pelas críticas dirigidas à ciência, a qual passou a exercer uma hegemonia ideológica na cultura ocidental, transformando-se num discurso autoritário em sintonia com o poder político, havendo a necessidade da implantação de uma sociedade livre, onde todas as tradições possuem igualdade de direitos e igual acesso aos centros de poder, preconizando um Estado cientificamente laico, no qual a ideologia dos cientistas e intelectuais não reflita questões de interesse público, mas, diferentemente, submetidas a debates entre todos os cidadãos e submetidas a votação de forma democrática, onde se possa inclusive investigar as motivações e as consequências das propostas. Para o referido autor, a ciência não é mais do que uma dentre as várias ideologias que passaram a impulsionar a sociedade, passando a dominar pela força e não pelo poder do argumento.

[...] não há um único argumento o qual poderia ser empregado com vistas a sustentar o lugar privilegiado que a ciência experimenta atualmente em nossa sociedade. A ciência produziu muitas coisas, contudo, outras ideologias também o fizeram. A ciência procede sistematicamente em alguns casos, contudo, outras ideologias também o fazem [...] e, ademais, não existem regras prevalentes que

sejam adotadas em todas as circunstâncias; não existe uma ‘metodologia científica’ que possa ser empregada para separar a ciência do resto. ‘A ciência é somente uma das muitas ideologias que impulsionam a sociedade e deveria ser tratada de forma correspondente. (FEYERABEND, 1999, p. 187, - grifos no original).

Granger (1994), ao refletir sobre o necessidade de se limitar o campo de investigações científicas em função de suas implicações nefastas, tendo em vista os problemas éticos colocados pela ciência, tais como a engenharia genética, esclarece que não é o desenvolvimento da pesquisa científica que deve ser refreada, uma vez que o uso da coercibilidade a longo prazo, se torna impossível, sendo comprovado historicamente a impossibilidade desse disciplinamento por parte dos governos totalitários, visto que “não se poderia deter por muito tempo o desenvolvimento de uma física relativista, por ser uma ‘teoria judia’, nem o de uma genética, porque fosse uma ‘ciência burguesa’ (GRANGER, 1994, p. 21).

A concepção eugenista leva em conta que a seleção natural constitui o elemento chave para que ocorra a eliminação dos indivíduos inadaptados. Para os teóricos eugenistas quando os mais capazes prestam ajuda aos necessitados, passam a prejudicar o progresso da raça, o que torna necessário a adoção de regras capazes de impedir o desenvolvimento de fatores disgênicos. E na medida em que os menos adaptados, incapazes, fracos, degenerados e criminosos passam a se constituir um problema para a sociedade, também o são para o sistema liberal, cujos princípios estão assentados numa lógica de mercado onde o acúmulo de capital e a livre iniciativa determinam as regras do jogo do poder. Acrescenta-se a isso os novos e progressivos avanços no campo da genética, que trouxeram um novo alento para as pesquisas sobre a eugenia.

A temática do uso da tecnologia como instrumento de manipulação social tem sido muito recorrente nos últimos anos na indústria cinematográfica, onde a ficção se projeta na realidade, na tentativa de mostrar que o determinismo tecnológico enquanto uma herança da modernidade pode conduzir a humanidade a um desfecho fatal. Um bom exemplo é o filme *Gattaca*.

Em la película *Gattaca* (1997) de Andrew Niccol, los humanos son diseñados genéticamente para producir individuos superiores y evitar indeseables defectos, que van desde enfermedades crónicas hasta la simple miopía; dicha película aprecia al final del milenio pasado como una serie de escenarios posibles sobre formas en que una sociedad futura hara uso de la tecnología y la genética, subrayando así las problemáticas bioéticas: la oposición entre el beneficio social y el deterioro del individuo a través de una nueva forma de relacionarse, de construir identidades supeditadas a la maquinaria social. (CRUZ-GRUNERTH, 2022, p. 9).

A EUGENIA NA PERSPECTIVA DE JÜRGEN HABERMAS

Em sua obra denominada *O futuro da natureza humana*⁵, o filósofo alemão Jürgen Habermas desenvolve importantes reflexões sobre a pesquisa e a técnica genética que atualmente suscitaram muitas polêmicas, culminando no perigo delas passarem a ser reguladas por uma lógica de mercado.

Até agora, a discussão sobre o tratamento que se deve dar à pesquisa e à técnica genética circulou em torno da questão do *status* moral da vida humana pré-pessoal sem trazer resultados. Por essa razão, adoto a perspectiva de um presente vindouro, a partir do qual um dia possivelmente lançaremos um olhar

retrospectivo às práticas, hoje contestadas, considerando-as como precursoras de uma eugenia liberal, regulada pela oferta e pela procura. (HABERMAS, 2004, p. 1-2).

Na primeira conferência denominada de *Moderação justificada*, Habermas aborda o problema de respostas pós-metafísicas para a questão sobre a “vida correta”, problemática essa que se desenrola sobre as concepções kantiana da justiça e a ética do ser si mesmo de Kierkegaard, concepções essas que fornecem importantes parâmetros para que compreender o papel da filosofia nos tempos atuais, onde diferentemente de épocas passadas, a filosofia se encontra vinculada às questões de justiça e moral passando a analisar somente as propriedades formais dos processos de tomada de decisão moral e jurídica deixando de proceder opiniões sobre os conteúdos das formas de vida ética. Para Habermas (2004), Kierkegaard teria sido o primeiro filósofo a ter elucidado a questão sobre a “vida correta” sob a perspectiva de uma visão pós-metafísica no conceito de “poder ser si mesmo”. No entanto a resposta dada por Kierkegaard ainda não apresenta um caráter pós-religioso.

Kierkegaard foi o primeiro a responder à questão ética e fundamental sobre os êxitos e fracassos da própria vida com um conceito pós-metafísico de “poder ser si mesmo”. Para os filósofos seguidores de Kierkegaard, como Heidegger, Jaspers e Sartre, esse protestante atormentado pela questão luterana sobre o Deus misericordioso é certamente um osso duro de roer. Na discussão sobre o pensamento especulativo de Hegel, Kierkegaard deu à questão sobre a vida correta uma resposta se bem que *pós-metafísica*, porém ainda assim profundamente religiosa e, ao mesmo tempo, *teológica*. (HABERMAS, 2004, p. 9 – grifos do autor).

De acordo com Habermas (2004) nos tempos atuais, tem se verificado uma interferência cada vez maior da genética sobre a autocompreensão normativa do indivíduo, de sorte que este já não pode ser considerado como único autor de seu projeto de vida, mas de um projeto de vida que se encontra orientado por preferências de caráter subjetivo de terceiros, no caso, de seus genitores. Tal tipo de situação exemplificado pelas práticas eugênicas, deveria somente se exercer sobre as coisas e não sobre as pessoas. Nesse sentido, Habermas faz uma recorrência à visão kantiana de humanidade, mais especificamente sobre a distinção entre “coisa” e “pessoa”, conforme o próprio Kant (1984, p.135) Age de tal maneira que tomes a humanidade, tanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio”. Na perspectiva kantiana, enquanto uma pessoa é dotada de dignidade, uma coisa pode ser instrumentalizada, podendo ser utilizada somente como meio.

O desenvolvimento das pesquisas na área da biogenética segundo o referido autor se encontram direcionadas, por um lado a um apelo do liberalismo econômico, que é a necessidade de fomentar e absorver investimentos dos investidores, e, por outro, pelas reivindicações dos governos em termos de êxito em tais pesquisas. Tais fatos, passariam a constituir uma ameaça para uma esfera pública esclarecida. A discussão em torno do diagnóstico genético de pré-implantação (DGPI) constitui um ponto importante na explicitação dos aspectos negativos da biogenética, o que tem ocasionado muitos questionamentos de caráter ético e jurídico, sendo que tais discussões não tem apresentado os resultados esperados, justamente pelo fato de terem sido priorizados o estatuto moral do embrião ou da vida humana pré-pessoal.

As análises desenvolvidas por Habermas (2004) levam à compreensão de que cada vez mais passamos a ter um conhecimento mais aprimorado do ser humano, ou em outras palavras, da vida humana, como algo de que podemos dispor livremente para propósitos de seleção, fato que pode acarretar profundas consequências na sensibilidade

moral dos indivíduos, tendo em vista que o DGPI descortina a possibilidade de uma auto instrumentalização, assim como de uma auto otimização da espécie, o que significa, para além da ficção científica, os homens passam a ter a capacidade de controlar sua própria evolução.

Habermas (2004) procede a distinção entre o que ele considera uma eugenia de caráter liberal e uma eugenia autoritária. No caso da eugenia liberal vier a se concretizar, a mesma ficará sob a responsabilidade dos indivíduos, levando-se em consideração seus valores, suas preferências individuais e desejos de fregueses ou clientes, cabendo ao mercado determinar em quais situações, o DGPI e a manipulação genética poderão ser realizados. Já a eugenia autoritária envolveria uma forma de padronização única, a qual passaria a fundamentar as intervenções genéticas. Tal padrão estaria vinculado a um órgão central, no caso o Estado cujo melhor exemplo se vislumbra na Alemanha nazista sob o poder autoritário de Adolfo Hitler, fundamentado na ideologia da raça ariana.

Habermas (2004) deduz que a eugenia liberal somente se enquadraria dentro dos princípios do liberalismo político, os quais garantem a sustentação do pluralismo ético atual, se as intervenções genéticas não se contrapõem a uma vida autônoma e não interferirem no tratamento igualitário entre as pessoas. Questão não menos importante se refere ao direito de tutela por parte dos pais, no que concerne à educação dos filhos que se tornaria ampliada ao patrimônio genético. No entanto, a liberdade ética dos filhos não pode admitir interferência da liberdade dos pais. Destaca que ao Estado democrático não cabe opinar em um conflito que envolve, por exemplo, religião e ciência sobre a técnica genética, mas sim adotar uma neutralidade ideológica.

Analisando o processo de secularização⁶ e suas consequências, o autor em questão conclui que tal processo precisa levar em conta que o fato de sermos iguais é decorrente de podermos conviver com as nossas diferenças. No caso da manipulação genética cabe à esfera pública das sociedades democráticas deliberarem em quais casos a mesma pode ser admitida ou não. Nesse ponto de vista, o modelo de democracia deliberativa, proposto por Habermas (2004) e fundamentado na sua teoria da ação comunicativa, passa a ser a referência para tal.

Se as deliberações acerca do emprego da eugenia devem ser baseadas no uso público da razão e submetidas ao debate e ao consenso, é provável que nos sistemas democráticos mais eficazes se torna possível que tais decisões atinjam bons resultados do ponto de vista ético. No entanto, devemos considerar que no contexto atual, as democracias atravessam um processo de enfraquecimento, de crise, inclusive com a ascensão de governos autoritários, com tendências fascistas. Tais governos, por razões óbvias, passam a se constituir como um grande problema no que concerne ao futuro das pesquisas e aplicações da eugenia.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A eugenia, apesar de ser entendida por muitos teóricos como solução para uma sociedade dos “melhores e mais aptos”, não deixa de ser considerada um grande problema que temos enfrentado desde os tempos mais antigos. A ideologia impregnada na necessidade de uma melhoria racial e fundamentada na seletividade, foi responsável por levar a humanidade ao pesadelo do nazismo na Alemanha. Nos dias atuais, marcados pela existência de sociedades plurais e complexas, e pela ascensão de governos de tendência autoritária, temos assistido a um grande desenvolvimento das pesquisas na área da biogenética, que deixam em aberto a pergunta acerca do futuro que

pretendemos construir a partir das manipulações que podem se viabilizar na aplicação da genética, possibilitando, entre outras coisas, que na pré-existência de um indivíduo possamos fazer opções que esbarram na própria liberdade do mesmo. Nesse sentido, Jürgen Habermas, famoso pelos trabalhos desenvolvidos em torno da racionalidade comunicativa, como contraposição à razão instrumental que se estabeleceu no âmbito da modernidade, apresenta importantes reflexões sobre a tecnicização da vida e a forma pela qual a tecnologia se apresenta para tornar a vida humana mais longa e salutar. Tais reflexões levam em conta as variáveis do uso da liberdade política, inseridas nos princípios do liberalismo, enquanto padrão que permeia o progresso e o avanço científico e tecnológico, e, de forma mais estrita, se tais avanços se disponibilizam para todos, ou apenas para aqueles que possuem poder aquisitivo⁷.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- CRUZ-GRUNERT, Gerardo. *Eugenia 2218: la vision poshumana de Eduardo Urzair*. Merida, Yucatan: Ediciones de la Universidad Autonoma de Yucatan, 2022.
- DEL CONT, V. D. *Francis Galton: eugenia e hereditariedade*. Revista Scientia Studia (USP) v. 6, p. 710-733, 2008.
- FEYERABEND, Paul. *Knowledge, science, and relativism* (J. Preston, Ed.). New York: Cambridge University Press, 1999.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. *O futuro da natureza humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Editora Moraes, 1983.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os Pensadores).
- PLATÃO. *A República*. Belém: EDUFPA, 2000.
- TEIXEIRA, Izabel Melo e SILVA, Edson Pereira, *História da eugenia e ensino de genética*. Revista História da Ciência e Ensino, vol. 15, 05-2017. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2017.

NOTAS

- 1 Winberg (1862-1937) desenvolveu importantes estudos a respeito do equilíbrio genético, os quais nos auxiliam a perceber se uma população se encontra ou não em equilíbrio, apontando para determinados fatores evolutivos que estão atuando.
- 2 Os nazistas associaram o conceito de identidade nacional à raça ariana com o intuito de tornar elevado o sentimento e o orgulho nacional do povo alemão após a humilhante derrota na I Guerra Mundial. De acordo com a ideologia nazista a raça ariana, considerada uma raça superior, compõe uma das três grandes raças da humanidade. Derivada do termo *arya* (em sânscrito, que é uma das línguas arianas) a palavra ariano significa nobre.
- 3 Indesejáveis eram considerados os judeus, negros, ciganos, homossexuais e doentes

- mentais, que formavam as minorias, e eram considerados inferiores.
- 4 A esse respeito, o historiador Laurence Rees na obra “O holocausto – uma nova história” acrescenta que tais práticas são reflexo de ações graduais, que surgiram na medida em que os nazistas eram derrotados e os recursos se tornaram cada vez mais escassos, havendo a necessidade de se utilizar de prisioneiros como forma de garantir a estrutura do país, eliminando, ao mesmo tempo os “indesejáveis”, principalmente um grande contingente de judeus. Segundo L. Rees, a prática do extermínio teria surgido com o recrudescimento da guerra, sendo a solução encontrada por chefe geral do governo, Hans Frank, que teria afirmado “os judeus devem desaparecer pois são tremendamente nocivos a nós, devido à quantidade de comida que devoram”, colocando dessa forma em risco a vida dos “arianos”.
 - 5 Tal obra contém as conferências apresentadas por Habermas entre os anos de 2000 e 2001, onde o referido autor em um Posfácio passa a defender a sua posição sobre a ideia de uma eugenia de caráter liberal, tratada na segunda conferência sob o título “A caminho da eugenia liberal? A discussão em torno da autocompreensão ética da espécie”.
 - 6 A ideia de secularização leva em consideração a defesa de se acreditar ou não em uma religião, o que implica que a ninguém se impõe o direito de aceitar dogmas ou normas religiosas. Na perspectiva weberiana, secularização se refere ao “desencantamento do mundo”, no qual ocorre o abandono dos costumes e crenças fundamentados em tradições e calcadas nas religiões ou na magia.
 - 7 Dentro dessa lógica, a seleção e o aprimoramento proporcionados pela genética passam a se constituir como fatores determinantes na formação de uma classe social de privilegiados, uma vez que os indivíduos com maior poder aquisitivo passam a contar com as melhores condições de qualidade de vida.